

# AS ADVERTÊNCIAS DO MITO DA CAVERNA

## SEGUNDA PARTE

### ADVERTÊNCIA

Três anos depois de publicada a primeira parte das advertências do mito da caverna, em razão do interesse despertado pelo texto - que tem sido consultado por internautas de diversas partes do mundo -, e tendo em vista que Platão estende as suas considerações até a primeira instância da existência, estamos oferecendo aos leitores esta segunda parte que pretende focalizar o ponto mais elevado da doutrina platônica. Cumpre, porém, advertir que esta segunda parte, para aqueles que lograrem entendê-la, significará tomar a pílula vermelha, que no filme Matrix, Morpheus oferece a Neo para sair do mundo da ilusão e entrar no mundo real. Dado que também aqui, trata-se de um caminho sem volta, recomenda-se seguir adiante apenas quem estiver disposto a pagar o preço – em responsabilidade -, implícito no conhecimento da verdade.

### 1 – JUSTIFICATIVA

Na primeira parte deste trabalho, depois de apresentar a alegoria de Platão, discutir as dificuldades envolvidas no processo de saída da caverna para a luz do dia, e constatar que os regimes democráticos modernos não mudaram as condições culturais essenciais da população, - que continuam a ser as mesmas dos habitantes da caverna de Platão -, deparamo-nos com o fato irrecusável de a nossa faculdade de pensar depender, irrecusavelmente, de um referencial ou paradigma interpretativo. Esse paradigma, ao mesmo tempo em que viabiliza a cognição, também modela e determina o tipo da interpretação, de sorte que a mudança de paradigma por si só, não garante a superação de todas as cavernas e pode simplesmente representar a passagem de uma caverna para outra, tal como agora nos surpreendemos aprisionados na *caverna da civilização ocidental*. Sobre como enfrentar esse problema, naquela primeira parte nos limitamos a dizer que a solução proposta por Platão, consistia em aprender a pensar dialeticamente, significando isso para ele, ser capaz de vislumbrar a totalidade e orientar o raciocínio por ela.

Embora isso seja verdade e tenhamos mencionado que Platão se valia da *dédaca sagrada* de Pitágoras como referencial interpretativo, e ainda, que o próximo capítulo deste projeto possui como propósito discutir a versão científica desse modelo interpretativo - que contempla a totalidade -, Platão, ele mesmo, praticamente não menciona esse referencial em seus escritos e nem mesmo confessa textualmente em

sua obra, que se valia do modelo de Pitágoras. As razões desse procedimento têm recebido crescente atenção de estudiosos e pesquisadores da obra platônica e se insinuam como indicações fundamentais, tanto para o desvelamento do referencial que instrumentalizava Platão, como para a correta interpretação do seu pensamento<sup>1</sup>.

O que tem sido constatado, é que Platão somente discorria sobre esse núcleo central de sua doutrina, em ocasiões reservadas, para platéias cuidadosamente selecionadas e de modo exclusivamente oral, tendo, na Carta VII, se recusado expressamente escrever a respeito. Apesar disso, em algumas ocasiões ele fornece indicações cifradas sobre esse núcleo doutrinário, em torno do qual gravita o que tem recebido modernamente a designação de “doutrinas não escritas de Platão”. Uma dessas ocasiões é o texto que antecede a apresentação da alegoria da caverna, quando Gláucon pede para Platão falar do *bem em si* – um convite ao qual o mestre recusa, em virtude de dificuldades que não esclarece, mas que acaba compensando, ao falar *do filho do bem*, que resulta ser o Sol. Um olhar mais atento percebe que se trata de mais uma recusa de escrever sobre certos assuntos que Platão decidira tratar apenas na oralidade. Tratar-se, porém, de um texto preparatório fundamental para o completo entendimento da alegoria da caverna e de certa maneira Platão atende ao que Gláucon pede, mas o faz de forma velada, valendo-se de símbolos e metáforas. De certo modo, ao afirmar que não podia falar sobre *o bem em si* na ocasião, tal como fazem os ilusionistas, ele desvia a atenção do leitor para o Sol. Entretanto, para olhos iniciados, ele traça um quadro referencial que, posicionando precisamente *o bem em si*, abre uma lacuna conceitual que requisitará o paradigma pitagórico de que se utilizava como tentaremos demonstrar.

Analisar esse texto introdutório constitui, portanto, o objetivo principal desta segunda parte deste estudo, na expectativa de facultar ao leitor atento, acesso aos pressupostos de que Platão se valeu para produzir a sua admirável obra. Compreenda-se que ao revelar aspectos centrais dessa doutrina não escrita, não se estará cometendo algum sacrilégio ou indiscrição, mas prestando esclarecimentos que Platão mesmo gostaria de ter prestado, mas que não pode fazer principalmente em razão da presença de lacunas conceituais que impediam, na ocasião, uma explanação dotada do mesmo grau de consistência presente nas suas demais proposições. Nos trabalhos da sessão de estudos platônicos do site, o leitor encontrará uma análise mais detida dessas razões, bem como indicações das conquistas conceituais modernas que permitiram superar aquelas limitações.

---

<sup>1</sup> Nossos estudos a respeito podem ser encontrados na sessão de estudos platônicos do site [www.segundasfilosoficas.org](http://www.segundasfilosoficas.org)

## 2 - A RECUSA E O DESVIO DO PAI PARA O FILHO

O diálogo da República transcorre em Pireu, localidade rural nas cercanias de Atenas, na casa de Céfalo, um próspero fabricante de escudos, por convite do filho Polemarco, que reunira um grupo de amigos para ouvir Platão. Depois de uma extensa discussão sobre justiça, para a qual não encontra suporte lógico convincente no plano individual, Platão passa a examinar o plano coletivo, na expectativa de ali encontrar motivos suficientes para justificar a prevalência da justiça, daí a conversa encaminhar-se para o projeto de uma cidade ideal, onde os homens pudessem viver em paz e segurança. O texto que nos interessa se desenvolve no final do capítulo VI, quando o personagem Gláucon cobra do personagem Sócrates, explicações sobre *o bem em si*. A recusa de Sócrates revela-se significativa, tendo assumido os seguintes termos:

*Mas, meus caros, vamos deixar por agora a questão de saber o que é o bem em si; parece-me grandioso de mais para, com o impulso que presentemente levamos, poder atingir, por agora, o meu pensamento acerca dele. O que eu quero é expor-vos o que me parece ser o filho do bem e muito semelhante a ele, se tal vos apraz; caso contrário, deixemos isso. (506e)*

Cumprido notar que a justificativa para a recusa é precária, mas a recusa é peremptória, de sorte a valorizar a alternativa-desvio de contemplar o filho do bem. Na sequência Gláucon concorda registrando a dívida: “... outra vez pagarás a explicação que nos deves acerca do pai”, ao que Sócrates responde: “- Tomara que eu pudesse pagar e vós recebê-la, e não como agora, dar-vos só os juro. Recebei, portanto, este juro e este filho do bem em si.”

Observe-se que a dificuldade não era apenas a de Sócrates conseguir uma formulação adequada da explicação do bem em si, mas também dos ouvintes serem capazes de entendê-lo: *tomara que eu pudesse pagar e vós* (tivésseis condições de) *recebê-la*. De qualquer modo, além de ficar claro que havia um conhecimento sobre o qual ele não queria falar, fica suficientemente induzido que se falará do filho e não do pai. Tendo em conta, por último, que é Platão quem escreve, e poderia colocar o que quisesse na boca dos seus personagens, fica evidente que o tema do bem em si diz respeito ao que Platão, em razão das dificuldades envolvidas, resolvera não escrever. Parece também possível inferir com auxílio de outros textos, que ele gostaria de falar a respeito, mas encontrava dificuldades para formular a questão em termos conceituais lógicos e racionais, o que evidentemente, implicaria dificuldades correspondentes de entendimento aos ouvintes. Qual a solução temporizadora? Lançar mão de metáforas para ao menos dar o sentido geral como se verá adiante.

### 3 - A RAZÃO AUREA DE PLATÃO

Sócrates inicia a discussão invocando a teoria das ideias de Platão, segundo a qual, para um correto entendimento, impõe-se distinguir nas coisas existentes, componentes visíveis e componentes inteligíveis. Sendo os primeiros substanciais e os segundos essenciais, estes, correspondendo às ideias. Em termos ainda aproximativos, podemos entender essa proposição platônica no sentido de que todos os fenômenos objetivos existentes possuem conteúdo e forma. A ciência moderna demonstrou que em última instância, o que entendemos por matéria constitui energia condensada e organizada de certa maneira. Isso torna evidente que todos os fenômenos são constituídos de energia convenientemente organizada, resultando ser perfeitamente adequado, distinguir nos fenômenos, o que é substancial – *a energia* – do que organiza e molda o fenômeno – *a inteligência organizativa*. Preferimos essa designação em lugar de *ideia* e de *forma*, usadas por Platão, tendo em vista que *inteligência organizativa* evidencia de modo mais claro para mentes modernas, que os fenômenos, por mais simples que sejam, resultam, não do ajuntamento aleatório de componentes, mas da inteligente articulação de energias, átomos e moléculas, em unidades complexas perfeitamente organizadas. Considerando que, enquanto seres dotados de capacidade intelectual, somente temos acesso à inteligência organizativa constituinte dos fenômenos, parece adequado designar essa essencialidade constituinte de *inteligência organizativa*. É para operar inteligência organizativa que a nossa espécie foi provida de cérebro e de mente. Pensar significa, portanto, segundo visão atualizada da teoria das ideias de Platão, operar a inteligência organizativa que é constituinte dos fenômenos e edificadora do mundo.

Sócrates mostra-se didático ao justificar a distinção dos aspectos sensíveis e inteligíveis: “*aquelas são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis*” e com isso coloca a teoria das ideias ao alcance de todos.

Posta essa base, o diálogo vai identificar os condicionantes estruturais que viabilizam, de um lado, a percepção do sensível e, de outro, a compreensão do inteligível. A tese é meridianamente clara: vemos com o concurso de olhos providos de capacidade de ver e os objetos e as cores são visíveis porque possuem a faculdade de mostrar-se à visão. Nada disso pode ocorrer na completa escuridão, na ausência de luz, portanto, é a luz que viabiliza que o mundo sensível seja visto. Dado que, em nosso mundo, quem fornece a luz é o Sol, conclui-se que é ele, o Sol, que nos concede a dádiva de ver e é ele também que concede aos objetos e as cores, a propriedade de serem vistos.

Observe-se que à medida que o Sol se ausenta e a noite cai, a visão se turva, enfraquece, e a nitidez se perde até desaparecer por completo. Quando amanhece o processo se inverte, até que, à plena luz do Sol, as coisas se tornam completamente claras. Sócrates destaca também que nem o olho que vê e nem o objeto da visão captada confundem-se com o Sol, que é um terceiro elemento. É, porém o Sol que

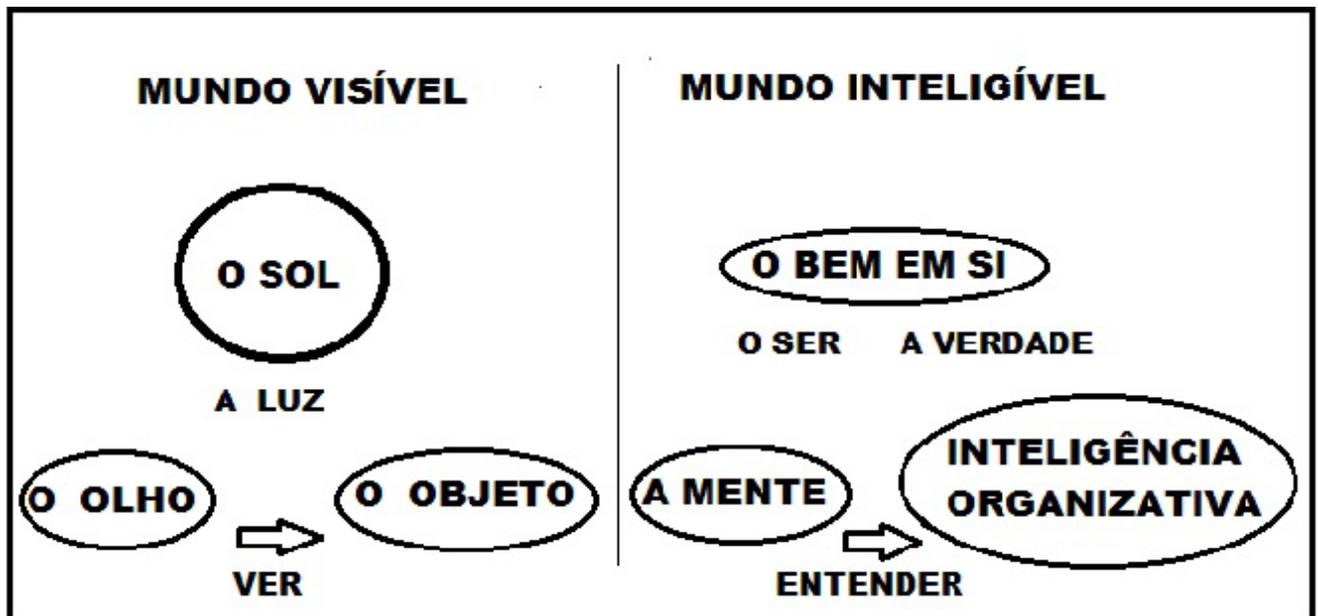
concede ao olho o poder de ver, segundo o texto, *por transbordamento*, ressaltando assim o fato desse poder ser conferido sem que o Sol saia do seu lugar. Ora, nós modernos sabemos hoje que a própria faculdade de ver dos animais se desenvolveu em face da presença da luz e que tudo neste planeta se origina e é sustentado pelo Sol. Foi o Sol que cuspiu os planetas, é o Sol que mantém os planetas em órbitas estáveis, é o Sol que provê a energia e o calor que sustenta a natureza em nosso planeta e continua sendo o Sol que fornece a energia vital que alimenta todos os seres vivos. De sorte que se afigura perfeitamente justificada a observação de Sócrates indicando que o Sol não apenas possibilita a visão, mas também gera e sustenta, tanto o olho como os objetos sensíveis cuja forma e cores são vistas e percebidas.

Nessas condições, justifica-se plenamente o status divino que a mitologia grega conferia ao Sol; a mais evidente fonte criadora de tudo o que existe na Terra. Ocorre porém, que Platão, em face do que ensina a teoria das ideias, percebe que o Sol integra o mundo sensível e que este resulta da ação da inteligência organizativa que pertence ao mundo inteligível, portanto, o Sol não pode ser mais que um filho dileto do verdadeiro princípio criador. A esse princípio criador Platão designa de *o bem em si*, que em outras ocasiões identifica como sendo também *a beleza em si*. Com isso o discurso de Sócrates transita do mundo visível para o mundo inteligível e vai defender que *o bem em si* atua sobre a mente, sobre as ideias e sobre o conhecimento, da mesma forma que o Sol atua sobre o olho, os objetos e a visão: gerando-os, alimentando-os e sustentando-os.

No caso do mundo inteligível, não é o olho que atua, mas a mente. O que é visado nessa atuação não é um objeto e suas cores, mas as ideias ou a inteligência organizativa, e o produto da ação perceptiva, não é uma visão, mas uma compreensão, um entendimento, um conhecimento. Similarmente, assim como no caso do mundo sensível, é a luz gerada pelo Sol que ilumina os objetos e suas cores fornecendo, ao olho a capacidade de ver e às cores capacidade de serem vistas, assim também, no caso do mundo inteligível, não é *o bem em si* que possibilita a compreensão e o conhecimento, mas sim, segundo Platão, o *ser* e a *verdade* que *transbordam* dele: instrumentalizando a mente e “iluminando” as ideias ou a inteligência organizativa constituinte do mundo inteligível.

Neste ponto de nossa análise, nos posicionamos para a fase delicada desta cirurgia, que determinará se a pílula vermelha vai ou não fazer efeito. Avancemos pois com cautela, consolidando primeiro o percurso já cumprido. Observe-se que Platão nos propõe, em síntese, uma *razão áurea* similar à *proporção áurea* – 1,618 - identificada na natureza. Essa *razão áurea* é estrutural à perspectiva que Platão propõe para olhar o mundo e a natureza de forma ordenada, metódica e direta, superando assim as ilusões próprias das cavernas. Essa *razão áurea* pode ser formulada nos seguintes termos: *o Sol está para o mundo visível, assim como o bem em si está para o mundo inteligível*. O esquema a seguir consolida a estrutura referencial a partir da qual Platão lança o seu olhar sobre o mundo.

Figura: Modo platônico de ver o mundo



Antes de tudo convém esclarecer que se trata de um olhar metafísico, que busca descortinar a constituição ontológica do mundo e que absolutamente não pode ser confundido com o olhar epistemológico moderno, que contrapõe o objetivo ao subjetivo, na busca de uma teoria do conhecimento. O visado é a constituição da realidade e não as condições viabilizadoras do pensamento. Assim, o mundo inteligível precisa ser entendido, segundo os termos platônicos, como provedor da essência, constitutiva, edificadora e sustentadora do mundo visível. Portanto, ontologicamente, o mundo inteligível antecede ao mundo visível, ainda que, temporalmente, sejam simultâneos e coparticipes dos fenômenos.

Isso posto, o que ainda resulta obscuro nesse esquema interpretativo de Platão? A explicitação do mundo visível parece suficientemente realizada em face da consistência interna dos elementos destacados e da nossa experiência visual com o mundo material e sensível que se oferece à nossa percepção. A substituição do termo *ideias* por *inteligência organizativa* – que é a única mudança que realizamos relativamente ao texto –, não oferece dificuldades. Como é que se constrói um edifício? Primeiramente engenheiros e arquitetos elaboram um projeto que especifica a obra. Esse projeto indica a inteligência organizativa segundo a qual os materiais que serão utilizados na construção, deverão ser reunidos, combinados, articulados, misturados e ordenados, de tal sorte que o resultado final do esforço seja o edifício pretendido. Observe-se que a construção se realiza obedecendo às especificações constantes do projeto de sorte que na medida em que a construção avança, a inteligência organizativa descrita no projeto vai sendo incorporada à obra e, no final, o edifício constitui uma unidade e uma totalidade determinada justamente pelas especificações do projeto, isto é, uma totalidade, determinada pela inteligência organizativa incorporada. Eventuais aprofundamentos na questão podem ser obtidos nos já citados estudos platônicos. Nesses mesmos estudos poderá ser encontrada uma discussão mais detida do fato bastante evidente da mente operar justamente a inteligência organizativa constituinte

dos fenômenos. Resta então contemplar o bem em si e suas duas emanações: o ser e a verdade.

Todos temos experiências introspectivas reveladoras de que a operação da mente exige um operador, um operador inteligente, que podemos designar de *intelecto*, e que em nossos momentos introspectivos, identificamos com o nosso ser. Com o ser que somos no mais profundo do complexo que nos constitui. O que Platão afirma é que esse ser constitui uma emanação do bem em si. Uma emanação, segundo o termo que usa, por *transbordamento*. Modernamente, estudos não ortodoxos de lógica identificaram um padrão de movimento inferencial que obedece a uma lógica transcendental e que possui a propriedade de explicar o surgimento de uma totalidade que transcende à soma de suas partes.<sup>2</sup> Com isso hoje seria mais adequado dizer que o ser emana do bem em si, por *transcendência*, posto que essa lógica explica como algo antes não existente pode emergir em dado plano existencial. Não há aqui qualquer mistério. Caso o leitor consiga reunir dois átomos de hidrogênio com um átomo de oxigênio em condições apropriadas, terá criado uma molécula de água que antes não existia na comunidade das moléculas. Essa molécula terá propriedades que não estavam presentes nem no átomo de oxigênio nem nos átomos de hidrogênio, logo, constitui uma totalidade que se situa para além da mera soma das partes. Assim, embora Platão não explique como ou porque essa emanação acontece, não resta dúvida de que técnica e logicamente, esse movimento criativo não envolve dificuldades.

Tampouco parece razoável que alguém recuse a presença de um ser na raiz de seus pensamentos, de sorte que admitir a presença desse ser como intelecto operador da mente, parece questão pacificada. Da mesma forma, admitir o surgimento do ser ou de qualquer outro fenômeno por transcendência, tampouco oferece as dificuldades que virtualmente estariam presentes com o uso de outra expressão, tal como transbordamento. Em Física Quântica, constata-se que elétrons negociam - recebem e devolvem - *quantum* de energia com o vácuo cósmico, ao mudarem de órbita no átomo. Embora esse vácuo cósmico ainda não esteja completamente esclarecido, apresenta-se como sério candidato a situar-se fora do espaço-tempo que delimita a localidade na qual a ciência desde Einstein opera. Assim, usar o conceito de transcendência afigura-se não apenas possível, mas também conveniente para a própria ciência, que desde Newton, optou pelo conceito de imanência. Este, se encontra na berlinda com a crise do conceito científico de localidade ou com o advento do conceito de *não localidade* em Mecânica Quântica. Assim, em princípio não se vislumbra dificuldades à tese platônica de advento do ser por transcendência.

---

<sup>2</sup> Ver estudos de lógica disponível na sessão de saberes correlatos do site.

#### 4 - O BEM EM SI E A EMANAÇÃO DA VERDADE

A questão da verdade já não é tão simples e exige uma explanação mais detida. As expressões, *o bem em si*, *o belo em si* e *a verdade*, constituem conceitos interdependentes, vinculados ao culto grego da beleza e da perfeição. Talvez a expressão mais clara dessa valorização da beleza que chegou até nossos dias, seja o prestígio das esculturas gregas, esmeradas em representar a perfeição do organismo humano. Elogia-se até hoje a beleza de uma mulher, dizendo-se que se trata de uma escultura grega. Nessa perspectiva, o conceito de beleza está vinculado ao conceito de *medida certa* que é também medida adequada, e a beleza manifesta do mundo, resulta de participações de fenômenos em uma beleza em si divinizada. Essa *beleza em si* ou *o bem em si* é posto no esquema platônico, na posição de princípio primeiro do mundo inteligível, de acordo com a teoria das ideias e a perspectiva metafísica adotada. Em diversos outros diálogos Platão se refere a esse princípio como sendo o *uno*. Esse *uno* é definido como princípio da unidade, absolutamente simples e indivisível, que não chega a ser número porque antecede ao próprio número. As religiões modernas identificam esse *uno* com Deus e a Metafísica com princípio primeiro de natureza absoluta.

Ora, na perspectiva metafísica adotada por Platão, esse *uno* representa o ponto radical de origem, o vértice a partir do qual a realidade do mundo se edifica. Edifica-se aleatoriamente? Não! Edifica-se em cosmos, plenamente organizado e integrado em uma totalidade irreduzível. O universo grego é cosmos e não caos. Para que seja cosmos e não seja caos, impõe-se que a criação seja regulada por leis universais inescapáveis e imutáveis. Tais leis emanam do *uno* e configura aquilo que Platão designa de *princípios primeiros* que ontologicamente antecedem as próprias ideias. Em algumas ocasiões conceituais esparsas Platão aporta lampejos a respeito desses princípios. Uma delas é relatada por Aristóteles ao discutir o *uno* e a *díada* do grande e do pequeno – na sua *Metafísica* –, outro quando Platão – no *Parmênides* –, discute o um indivisível da mais extrema simplicidade, frente ao um da totalidade, sabidamente composta de partes. Um terceiro momento, entre outros, se apresenta – no *Sofista* –, com a proposição de cinco gêneros supremos. Contemplando esses momentos conceituais à luz do que Platão afirma sobre as matemáticas na metáfora da segunda navegação, - no *Ferdon* –, consegue-se entender o sentido geral subjacente à tese platônica sobre a constituição do mundo inteligível, e também o sentido específico que o termo *verdade* adquire nesse contexto.

Observe-se que o projeto do edifício citado, ou mais especificamente a *inteligência organizativa* que os engenheiros e arquitetos projetaram e registraram nas plantas e descrições do edifício, precisa obedecer às leis da Geometria, da Lógica e da Matemática, que são respectivamente, as ciências da forma, do movimento e da quantidade, indispensáveis para conferir estabilidade, permanência e funcionalidade ao edifício em construção. Essas três ciências, como se sabe, constituem alicerce das demais ciências físicas e os gregos antigos, tendo consciência desse papel básico, as

indicavam de modo geral como ciências matemáticas<sup>3</sup>. Daí entenderem que os próprios deuses construtores do universo tiveram que obedecer às ciências matemáticas para que o universo constituísse um cosmos e não um caos. É, pois, em razão de obedecer às ciências matemáticas que algo era considerado belo e bom pelos gregos. Daí também toda a obra dos deuses, na criação e na gestão do universo ser considerada obra do bem em si ou do belo em si e constituírem-se sempre em coisas boas. Nesse sentido, o universo e a natureza existentes constituem realidades boas e belas, porquanto sancionadas pelas matemáticas, sendo ilógico e irracional pretender fazer ou esperar que os deuses façam ou construam, algo à margem dessas leis. Alias, os estudos que realizamos a respeito indicam que tanto o relativo como o absoluto implicam naturezas determinadas e próprias aos seus termos, isto é, uma natureza absoluta e uma natureza relativa, ambas inescapáveis, de sorte que o advento do relativo a partir do absoluto somente pode dar-se de modo plenamente normatizado, implicando um modo relativo determinado e também inescapável de existir. Esse o sentido profundo do termo *verdade* empregado por Platão para caracterizar as formas ou ideias – a inteligência organizativa -, gerada e sustentada pelo bem em si e que são as ocorrências objetiváveis do mundo inteligível. A verdade “que ilumina” o mundo inteligível revela o alicerce lógico, geométrico a matemático necessariamente presente em toda inteligência organizativa naturalmente engendrada. Dado ser essa a mesma verdade constituinte da mente, nada mais natural do que a operação da mente reconhecer a presença da verdade nas ideias e assim admiti-las como conhecimento.

Observe-se adicionalmente, porém, que a inteligência organizativa contida no projeto do edifício, serve apenas para organizar o edifício em uma unidade estável - durante certo tempo ao menos -, e constitui o conhecimento que podemos adquirir sobre o edifício objetivamente construído, mas não contempla registro da *inteligência criativa* que os projetistas usaram na concepção do edifício. As plantas do edifício não indicam a inteligência criativa ou os conhecimentos que os engenheiros e arquitetos usaram para projetar o edifício. Da mesma forma, a inteligência organizativa natural que sustenta uma árvore, embora muito mais sofisticada que a de um edifício, de vez que preconiza a própria reprodução da árvore, não explica a *inteligência criativa* que a natureza utilizou para produzir a inteligência organizativa da árvore ou, o que vem a ser o mesmo, para fazer a primeira de todas as árvores. Portanto, no esquema do mundo inteligível de Platão, sintetizado na figura, falta indicar a *inteligência criativa* que liga a elipse do bem em si com a elipse da inteligência organizativa. Falta indicar os *princípios primeiros* que são geradores da existência relativa, que são geradores de todas as inteligências organizativas dos fenômenos existentes e, portanto, falta indicar os princípios construtores da complexidade universal.

---

<sup>3</sup> Os gregos, que ainda não conheciam a ciência Lógica, entendiam a Astronomia como ciência do movimento.

## 5 - A INTELIGÊNCIA CRIATIVA

No modo platônico de ver o mundo sintetizado na figura, constata-se uma lacuna conceitual. Falta indicar como *o ser e a verdade* que “transbordam” do *bem em si*, criam e constituem, tanto a mente como a inteligência organizativa do mundo. Essa lacuna conceitual indica justamente a parcela doutrinária sobre a qual Platão deixou de escrever e que os estudiosos modernos estão designando de doutrinas não escritas.

Embora Platão não tenha legado à posteridade um texto descritivo dessa inteligência criativa e o próximo capítulo do projeto no qual este texto se inscreve, objetive justamente descrever, - ainda que em linguagem moderna -, um modelo de logos normativo correspondente ao adotado tanto por Pitágoras como por Platão, cumpre antecipar aqui as percepções que derivam do modo platônico de ver o mundo. Este, como já demonstramos, exige a presença dessa inteligência criativa como complemento necessário para fechar o modelo. Na verdade, o próprio posicionamento estrutural dessa inteligência criativa no esquema interpretativo de Platão, somado ao caráter metafísico da perspectiva e também ao conceito de verdade matematicamente condicionado, praticamente colocam premissas suficientes para viabilizar a dedução lógica do modelo subjacente. Procedamos então a uma descrição mínima que seja suficiente para esta ocasião.

Podemos começar colocando a questão da inteligência criativa em termos ajustados ao modo platônico de ver o mundo conforme já discutido: - de que forma o ser cria e institui uma existência relativa valendo-se apenas de si mesmo e da verdade? Ou então, de que forma o ser, amparado somente pela geometria, pela lógica e pela matemática, consegue criar e estabilizar uma presença qualquer no mundo relativo? A resposta a essa questão é necessariamente única, uma vez que este universo somente pode admitir um modo existencial, que sendo compatível com a sua natureza, evite comprometer a sua ordem interna, de sorte que possa continuar a ser um cosmos e não se transforme em caos. Por surpreendente que pareça, essa resposta já era conhecida e fornecida por Pitágoras com a famosa *dédaca sagrada*, sobre a qual os pitagóricos juravam fidelidade à ordem místico-filosófica que ministrava tais ensinamentos, e que era representada pela seguinte singela equação:  $1 + 2 + 3 + 4 = 10$ .

A simplicidade desse modelo chega a ser desconcertante para a complicada cabeça do homem moderno, embora, mais esclarecida, a comunidade dos físicos sempre entendeu que no alicerce do universo deve predominar a simplicidade. Nessa altura o leitor deve estar se perguntando: se essa equação revela o modo segundo o qual a os fenômenos se estabelecem na existência e já era conhecida antes de Platão nascer, porque até hoje a ciência não a menciona e não a leva em consideração? Responder a essa pergunta com segurança talvez seja mais difícil do que explicar o significado e o funcionamento da equação. Observe-se que estamos falando de uma inteligência criativa que se manifestou pela primeira vez quando surgiu a primeira partícula atômica no âmbito relativo, pois sem ela essa partícula não teria surgido.

Observe-se que isso se deu antes de se estabelecerem as condições que possibilitaram e deflagraram o Big Bang gerador do universo. Antes, portanto, de surgirem espaço e tempo. Acrescente-se que a nossa ciência atual opera dentro do âmbito delimitado pelo espaço e pelo tempo e começa-se a perceber a extensão das implicações dessa concepção. Ela desafia a ciência a operar também fora do espaço e do tempo, problema que alias os físicos quânticos já vem enfrentando nas últimas décadas, talvez até sem dar-se completamente conta disso. Além do mais, essa inteligência criativa tem sido usada pelas religiões como fundamento das teses criacionistas. O Verbo que era no princípio, de que nos fala João no primeiro versículo do seu evangélico, é apenas outro nome dado a essa inteligência criativa “que se faz carne e habita entre nós” e “segundo o qual tudo se fez”. Também parece relevante, por um terceiro lado, levar em conta que a universalização desse conhecimento torna virtualmente impossível a exploração do homem pelo homem em razão da lucidez e do entendimento propiciado. Portanto, não há dúvidas de que interesses poderosos - e egoístas - se fazem presentes na questão.

Apesar disso, quer nos parecer que a dificuldade maior resultava de carências conceituais que impediam a formalização metódica e racional de um saber de origem mitológica, que convencia, mas era amparado essencialmente na intuição. Pitágoras provavelmente foi o autor da equação, mas certamente não fora o autor da concepção. Esta, ele recolheu nos templos do Egito, em meio a um conhecimento milenar que possui registro expresso da questão datado em torno de 1760 a.C., mas cuja origem efetiva ninguém conhece.<sup>4</sup> No Egito esse conhecimento se traduzia em ciência e as obras faraônicas testemunham isso, mas a tradução para a cultura grega implicou em uma conversão para “matemáticas” que não dispunham de elementos conceituais suficientes, que permitisse uma tradução precisa dos conceitos importados. A solução foi utilizar números, ressaltando que não se tratavam de meros números quantitativos, mas de *números ideais* que não admitiam ser somados ou operados uns com os outros, sendo que cada número da *dédaca* inaugurava uma série quantitativa e qualitativa distinta das demais e que apenas se complementavam na composição dos fenômenos realizados.

Posto nesses termos, convenhamos, fica tudo muito obscuro e indefinido. Chega a ser emocionante o esforço de Aristóteles tentando, sem sucesso, entender esse núcleo central da doutrina de Platão. Todas as 363 páginas da sua *Metafísica* giram em torno da teoria das idéias, ora contestando, ora buscando alternativas, mas sempre buscando compreender algo que talvez até lhe tenha sido intencionalmente sonogado, deixando nas entrelinhas, um fio de esperança de encontrar razões que validassem a teoria. Aristoteles não consegue entender o significado dos números ideais e conseqüentemente não consegue tampouco sancionar a teoria das idéias. Nem mesmo os estudiosos que se seguiram na História focalizando a questão – os neoplatônicos -

---

<sup>4</sup> Consulte-se a respeito “As origens egípcias das doutrinas não escritas de Platão” disponível no site.

lograram iluminar convenientemente esse mistério, que só agora se resolve. Resolve como?

Do modo mais simples possível em razão das conquistas conceituais da modernidade. Os números da *dédaca sagrada* indicam instâncias constituintes da existência relativa, que se diferenciam entre si em razão de contemplarem amplitudes existenciais diferenciadas. Pitágoras focaliza a existência procurando identificar o que a normatiza. Identifica e estabelece dois princípios básicos: o *ilimitado* e o *limitante*. O ilimitado Platão vai chamar de *uno* e defini-lo como simplicidade máxima indivisível. A religião vai chamá-lo de Deus e a Metafísica de princípio absoluto necessário. O limitante define o *locus* da existência relativa, que Pitágoras vai especificar com a equação  $1 + 2 + 3 + 4 = 10$ . Platão vai chamá-lo ora de princípios primeiros, ora de díade do grande e do pequeno e na Carta VII vai indicá-lo com os ordinais 1º, 2º, 3º, 4º, e 5º. A religião vai designar o limitante de Verbo que era no princípio. O Logos Normativo que adotamos como paradigma, geometriza esses princípios e define o *locus* do ilimitado como âmbito adimensional e o *locus* do limitante como âmbito da existência relativa, dimensionalmente organizado. Os números 1, 2, 3 e 4 da *dédaca* correspondendo respectivamente a primeira, segunda, terceira e quarta dimensão da realidade, e o número 10 correspondendo à totalidade da realidade, seja ela uma partícula atômica, um átomo, uma molécula, um organismo, um planeta, uma galáxia ou o próprio universo.

O que o logos normativo esclarece é que a realidade relativa se edifica a partir da primeira dimensão mediante a transcendência do ser a partir do *uno* que é a origem necessária. Esse *uno* é ilimitado e, portanto, absoluto, de sorte que atribuir-lhe a instância adimensional como *locus* resulta perfeitamente adequado, posto que apenas uma instância adimensional “comporta” atributos absolutos. O ser que emerge no âmbito relativo por transcendência, diferencia-se do adimensional apenas por estar em movimento ao contrário do *uno* ilimitado que é necessariamente imóvel em razão do seu caráter absoluto. Esse ser que transcende traz consigo a carga de potencialidades que é própria do absoluto, mas ao mover-se é determinado pela amplitude de uma dimensão que lhe faculta o movimento e lhe estabelece o primeiro limite. Dado porém, que esse ser está imbuído de um impulso absoluto para o movimento existencial, vence a resistência oferecida pelo limite da amplitude unidimensional e desdobra a segunda dimensão que lhe faculta um âmbito infinitamente maior. Disponibilizada a amplitude de duas dimensões, abre-se espaço para o outro e para a diferença e com a diferença se estabelece a simetria e o impulso absoluto para a existência se revela impulso para a complexidade. Da mesma forma são desdobradas, tanto a terceira e a quarta dimensões como a instância de totalidade, sempre na busca de amplitude maior que viabilize maior complexidade. Esta totalidade surge como momento de repouso evolutivo e como estágio de completude fenomênica capaz de propiciar ao fenômeno assento estável na existência relativa onde desfrutará de certa permanência. Dado que à toda totalidade corresponde uma inteligência organizativa própria, constata-se que as cinco

instâncias dimensionais descritas pelo logos normativo explicam todo o percurso ontológico cumprido pelo ser na geração dos fenômenos existentes.

Não cabe aqui entrar em detalhes sobre o modelo do logos normativo, isso será visto no capítulo seguinte. Nesta ocasião parece suficiente mostrar que o modelo da *dédaca sagrada* é consistente enquanto modelo que pretende explicar de que forma fenômenos se estabelecem na existência. Essa compreensão se torna agora possível porque agora dispõe-se de uma geometria dimensional que se situa para além das geometrias não euclidianas e também de uma ciência multi-lógica que se situa para além da mono-lógica clássica aristotélica. Além disso, o modelo está evidenciando a necessidade de uma matemática capaz de contemplar múltiplos graus de infinidade, já que um universo concebido em dimensões preconiza horizontes infinitos diferenciados na segunda, terceira e quarta dimensão. Essa constitui uma situação radicalmente distinta daquela que emoldurava as “matemáticas” na Grécia Clássica e que obrigou a Pitágoras e Platão lançarem mão do conceito de números ideais. Euclides que formalizou a geometria plana viveu depois de Platão e mesmo hoje, tanto uma métrica da amplitude dimensional como uma ciência do movimento lógico e também uma matemática de múltiplos infinitos ainda não passam de proposições carentes de formalização completa, embora se apresentem como exigências irrecusáveis. Portanto, ficam plenamente justificados tanto a recusa de Platão escrever sobre certas coisas, como o fato do significado profundo da *dédaca sagrada* ter permanecido velado por vinte e cinco séculos.

Esclarecido que o ser gera a inteligência organizativa como consequência natural, isto é, conforme possibilidades geométricas, lógicas e matemáticas que são estruturais ao âmbito relativo, pela ação do impulso para a complexidade que o constitui, e segundo uma inteligência criativa que capitaliza as amplitudes crescentes que o desdobramento dimensional faculta, adquirimos pleno domínio sobre a nossa mente que não apenas é constituída da mesma forma, como também opera segundo os padrões de movimento que são específicos de cada instância dimensional. Sendo essa a razão pela qual somos capazes de acessar os conteúdos respectivos e entender a inteligência criativa correspondente a cada instância. Tanto a nossa mente no ato de pensar quanto a instância visada em seu ato de ser, operam no mesmo padrão de movimento, razão pela qual a sintonia se estabelece e o conhecimento se viabiliza. A esse padrão de movimento chamamos lógica e é por isso que são cinco as lógicas fundamentais: cada lógica corresponde a um padrão de movimento e a um modo do existir, implicando que, no conjunto, o logos normativo define a inteligência criativa e a lógica geral da existência.

## 6 – CONCLUSÃO: À LUZ DA VERDADE

Em face do exposto parece possível tirar algumas conclusões. Primeiro, que a compreensão detalhada do modo platônico de ver o mundo demonstra que a faculdade da mente operar e compreender a inteligência constitutiva do universo, representa, de longe, a maior dádiva que a natureza pode conceder a uma espécie viva, nesta ou em qualquer galáxia. A espécie humana foi privilegiada ao receber esse dom e o homem representa a conclusão de uma fase evolutiva da obra universal promovida pelo ser. Na espécie humana o ser ultima e disponibiliza o *hardware* de que necessita para poder operar ativa e conscientemente no universo. No homem atualiza-se a potencialidade de pensar do ser.

Em segundo lugar podemos concluir que apenas na hipótese do universo todo ser constituído por uma mesma inteligência criativa suportada por leis imutáveis, justifica-se que seres inteligentes localizados em um planeta qualquer, sejam capazes de compreender o universo dentro do qual não passam de uma ocorrência entre outras. Desta segunda conclusão derivam outras, das quais destaca-se apenas o fato de que não parece razoável esperar que o ser tenha apostado todas as suas fichas na espécie humana, sendo muito mais provável que a geração de vida dotada de mente pelo ser, se faça em todos os contextos em que a geometria, a lógica e a matemática, o facultarem.

Em terceiro lugar verifica-se que o esquema de Platão distingue três modos básicos de ver o mundo que predominam em cada ser humano, segundo a evolução do seu discernimento. Cada um deles implicando uma postura mental diante da vida. Todos os seres humanos cumprem uma ontogênese, aperfeiçoam tanto o seu organismo como adestram a sua mente para pensamentos crescentemente complexos. Nesse processo cada homem desenvolve uma personalidade humana particular que é forjada em face das experiências que vai tendo pela vida. Essa experiência ocorre no âmbito do espaço e do tempo – devir - que compõem a realidade mutável apresentada pelos sentidos orgânicos de percepção que dispõe. Dado que essa relação dialética com as circunstâncias, apenas encontram momentos fortuitos de estabilidade, com o tempo o homem começa a perceber que existem coisas estáveis no universo e se abre à busca de leis permanentes e imutáveis que possam lhe fornecer um contexto cultural estável e livre das mudanças constantes do devir.

Dado, porém, que a sua personalidade humana foi instruída na dinâmica mutável do espaço-tempo, tem apenas destreza no uso das leis correspondentes e a medida que procura leis permanentes abre espaço para o pronunciamento do seu ser constitutivo, que até então dormitara no seu interior e que é quem conhece e pode operar leis permanentes. Com o despertar do eu interior e em face da excelência do saber que propicia, algumas personalidades humanas se retraem intencionalmente e cedem espaço para que o ser assuma as operações da mente, com evidentes modificações no comportamento desse ser humano na vida e na sociedade. Certamente

podemos concluir que perceber e compreender o mundo inteligível de que nos fala Platão, requer um ser desperto.

Olhando o comportamento dos homens na sociedade não é difícil perceber aqueles que vislumbram apenas o mundo sensível. Estes limitam-se a discutir e pensar as circunstâncias humanas no fluxo do tempo. Acreditam que o universo está contido no espaço e que a vida se resume ao percurso entre nascimento e morte, no qual predomina o egoísmo e confronto dialético de cada um com suas circunstâncias. Estes homens enfrentam um problema sério no seu esforço para desenvolver conhecimento porque, como vimos, o que é visível não pode ser pensado. O objeto da mente é o inteligível e não o visível, do mesmo modo que o objeto dos olhos é o visível e não o inteligível, daí resultar uma mente desafiada a realizar uma tarefa para a qual não tem habilitação, de sorte que enfrenta dificuldades semelhantes a de um ouvido tentando ver, um olho tentando cheirar ou do tato tentando compreender. Dado que a mente desses homens não encontra o que lhe é próprio, isto é, a inteligência constitutiva do mundo inteligível, tampouco realiza compreensão amparada na identificação da verdade. Dessa forma permanece uma mente adormecida para a verdade que apenas se limita a repetir o que houve, foi desenvolvido por outros e lhe pareceu razoável. Este homem poderá até mesmo ser um cientista capaz de ampliar o conhecimento já estabelecido, mas apenas acidentalmente será capaz de criar algo realmente novo.

Há, por outro lado, homens que reconhecem tanto a inteligência constitutiva do mundo como a habilitação da mente para operá-la. Estes podem ser divididos em dois grupos. Uns, que podemos designar de cientistas verdadeiros, dedicam-se a estudar a inteligência organizativa que molda e sustenta os fenômenos, tornando-se aptos para ampliar o conhecimento e o domínio humano da natureza. Estes não se atêm à aparência das coisas e sabem que o olhar apenas vislumbra a aparência, exigindo conhecer a essência onde é possível reconhecer a verdade. O outro tipo de homens dedica-se a estudar a inteligência criativa que explica o processo de criação de todas as coisas, define as condições da existência e situa a espécie humana no universo. Estas mentes contam com um ser francamente desperto, este adota o modelo criativo como referência, assume a perspectiva da criação que lhe é própria e se engaja agora como operador consciente, no projeto cósmico de desenvolver capacidade cognitiva e ajudar a espécie humana a realizar suas mais nobres potencialidades em termos de civilidade e de maturidade cognitiva. A esses seres podemos com justiça designar de sacerdotes, tanto porque se dedicam ao aperfeiçoamento da espécie, como porque ao assumirem a perspectiva criativa, o Logos ou o Verbo, silenciam a opinante personalidade humana forjada nas lides do espaço e do tempo, e passam a manifestar a perspectiva “divina” do ser que os gerou.

O leitor que nos seguiu até aqui poderá consultar o seu espírito e identificar em qual das três áreas situa-se a sua zona de conforto. Uma vez identificada a posição em que se sinta confortável poderá empenhar-se em desenvolver o conhecimento e as possibilidades inerentes de sorte a sentir-se de bem com a vida

escolhida. É inútil aqui tentar enganar-se, pois não se trata de um concurso, mas de um processo evolutivo que exige o cumprimento de cada etapa. A boa notícia para quem se entender adormecido é que daqui a alguns anos, uma releitura poderá ensejar outro resultado. O importante, porém, é a consciência do processo e sua indicação de que livrar-se de todas as cavernas constitui prerrogativa de sacerdotes, e que todo ser dotado de mente almeja e pode despertar e assim viabilizar uma civilização de seres conscientes capazes de instaurar uma nova fase evolutiva do universo.

Essa nova fase inexoravelmente se dará, mesmo que poucos cientistas e sacerdotes tenham que prorrogar a vida humana por quinhentos anos para possibilitar que um maior número de seres despertem.

Brasília, abril/2014